

Desapropriação inclui 1 milhão de pés de café

Consórcio teme privatização e quer diálogo com Ibama

Processo pode provocar também êxodo de dezenas de famílias do Caparaó

CYRO RÊGO

Guaçuí - A desapropriação de cinco mil hectares de terra nos municípios que contornam o Parque Nacional do Caparaó (Parna), no Espírito Santo e Minas Gerais, por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), atingirá uma área plantada com um milhão de pés de café já em fase de produção, segundo calculam produtores rurais e prefeitos dos municípios limítrofes com o parque em território capixaba - Divino de São Lourenço, Iúna, Irupi e Ibitirama. Eles questionam os critérios adotados pelo Instituto para as desapropriações e prevêem que várias famílias farão um êxodo forçado.

Algumas dessas famílias estão na região há mais de 120 anos trabalhando na lavoura. Outras largaram tudo nos grandes centros urbanos para viver em meio a matas e animais silvestres. Sindicatos de Trabalhadores Rurais, o Consórcio do Caparaó e prefeitos defendem a continuidade dos agricultores na área que será desapropriada no Caparaó, e argumentam que projetos voltados para o desenvolvimento sustentável e de preservação do meio ambiente vêm sendo conduzidos nos últimos anos com a parceria dos produtores. O Ibama anunciou que ainda este ano vai pagar as primeiras terras desapropriadas



Cyro Rêgo

Mapa

Técnicos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente vistoriaram a área de desapropriação no entorno do Caparaó na última semana para analisar os casos

das e que não permitirá a presença de nenhum morador na nova área do Parna, que passa de 26 mil hectares para 31 mil.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Iúna está apreensivo com a situação de pequenos produtores rurais, diaristas e arrendatários e já comunicou sua preocupação quanto ao futuro desses trabalhadores à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), em Brasília. Estudos preliminares da

entidade apontam que a desapropriação atingirá a vida de pelo menos 200 famílias e 150 diaristas só nas localidades de Rio Claro, São João do Príncipe, São José das Três Pontes, Pilões, Santa Clara e Santa Clara da Boa Sorte. Juntas, essas famílias produzem para o município de Iúna cerca de 20 mil sacas por ano.

O presidente do Sindicato, Jacir Alves Fernandes, já se declarou contra a saída dos agricultores e informa que a Contag

quer discutir o processo junto ao Ibama, em Brasília, e com o Banco Mundial. "Não passa de uma verdadeira exclusão social. Muitas famílias estão há mais de 100 anos nesses lugares. Vamos tentar negociar a permanência desses agricultores. Quanto ao Banco Mundial, a Contag quer recursos para melhorar a qualidade de vida dos moradores dos entornos dos parques, não só do Parna, mas nas reservas nacionais de todo o país."

O Consórcio do Caparaó, representante dos dez municípios capixabas que contornam a Serra do Caparaó (Guaçuí, Alegre, Muniz Freire, São José do Calçado, Dores do Rio Preto, Iúna, Divino de São Lourenço, Ibitirama, Irupi e Ibatiba), juntamente com a Secretaria de Estado para Assuntos do Meio Ambiente (Seama), também quer dialogar com o Ibama, segundo informa Dalva Ringuier, secretária-executiva do consórcio. Ela diz que na região vêm sendo executados projetos com o apoio da Seama e do Consórcio que estão aos poucos transformando o entorno do Caparaó numa região onde o homem se integra ao meio ambiente.

"Nos preocupamos que num futuro não muito distante o Parna seja privatizado, beneficiando grupos estrangeiros. Mas não podemos afirmar isso com certeza, ainda. Somos favoráveis a desapropriações em propriedades onde não há respeito à natureza", diz ela.

'Bem da humanidade'

Estêvão José Marchesini, um dos gerentes do Parna que vêm cuidando do assunto, não soube especificar quanto o Governo federal pretende gastar no processo de desapropriação das mais de trezentas propriedades incluídas, mas informou que até o fim deste ano alguns proprietários estarão sendo indenizados. Segundo ele, nenhum representante do Governo do Espírito Santo vai acompanhar a avaliação das terras, o que será feito somente por uma comissão formada por professores e estudantes da Universidade Nacional de Brasília (UnB) e por fun-



Cyro Rêgo

Perda de lavoura preocupa Carvalho, prefeito de Ibitirama

cionários do Ibama.

"A ampliação veio para ordenar os limites reais da unidade de preservação do parque. Toda a comunidade tem de estar consciente de que a desapropriação não é para tirar terra de ninguém, mas sim para a preservação visando o bem da humanidade e das gerações futuras".

O prefeito de Ibitirama, Geraldo Gomes de Carvalho (PFL), está preocupado que o município, que detém 70% da área do parque em solo capixaba, perca receitas com a produção de café. Só um dos produtores, Nain Alcure, que possuiu uma propriedade modelo na região do Distrito de Santa Marta, teve uma área de terra com cerca de 150 mil pés de café plantados incluída na desapropriação.